

TENDÊNCIAS DESURBANAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

João Paulo Lucchetta Pompermaier¹

FIGUEIREDO, Lucas. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinícius M. (Org.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 209-234.

A presente resenha refere-se ao capítulo *Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades* de autoria do Prof. Dr. Lucas Figueiredo e publicado no livro *Urbanidades*. Versa sobre algumas tendências desurbanas observadas em cidades brasileiras e suas possíveis consequências a longo prazo. O desurbanismo citado pelo autor, nada mais é, do que o inverso do urbanismo e pode ser considerado como uma estratégia de destruição de cidades. As tendências desurbanas apresentadas acabam por inviabilizar modos de vida, devendo ser evitadas ou solucionadas para o planejamento urbano adequado das cidades e consequentemente o desenvolvimento social.

1745

O primeiro ponto importante refere-se ao ambiente natural e construído tendo em vista que quanto mais se constrói, mais se edifica, maiores são as barreiras e distâncias que separam pessoas e ideias enquanto espaços abertos aproximam pessoas possibilitando encontros e interações. Nesse sentido, há duas maneiras de acoplamento estrutural conflitantes: urbanidade e desurbanidade. A urbanidade acontece com o ambiente possibilitado e potencializando encontros de pessoas em espaços públicos. Já a desurbanidade acontece quando o ambiente construído forma barreiras e distâncias que impedem ou restringem encontros de pessoas, separando-as em espaços privados ou semipúblicos. A frequência com que as pessoas se apropriam do espaço está relacionada as barreiras e distâncias que as separam dos espaços abertos.

Essa prática de desurbanismo é fortemente influenciada pelo modo de vida dos indivíduos. Diariamente, atividades de estudo, trabalho, diversão, lazer e outras, são

¹ Mestrando em Arquitetura e Urbanismo (UFSC). Especialista em Design de Interiores (UNICSUL). Arquiteto e Urbanista (UCEFF). E-mail: joaopaulopompermaier@gmail.com.

realizadas pelas pessoas e condicionados por fatores econômicos, sociais, culturais, tecnológicos, dentre outros, e também pela posição destes indivíduos em determinado espaço. Sabe-se que existe uma grande disparidade entre os padrões de vida populacional e esse fator por si só já é capaz de criar barreiras e restrições urbanas.

O crescimento das cidades nas últimas décadas criou padrões de adensamento baseados na segregação socioespacial em um processo que separa as classes sociais em diferentes espaços urbanos e com realidades completamente diferentes e como mencionado pelo próprio autor, “privilegiam alguns poucos modos de vida em detrimento de todos os outros”.

O primeiro ponto do manual de destruição de cidades se dá pelo uso do automóvel particular. Quando o tráfego de veículos se torna intenso, isso cria restrições para os pedestres diminuindo espaços de calçadas e ampliando distâncias devido à necessidade de alargamento de vias, criação de vias rápidas, viadutos e estacionamentos e consequentemente resultando na necessidade de criação de faixas de pedestres, passarelas e estreitamento de calçadas. O uso de meios de transporte alternativos, como bicicletas ou transporte público é uma forma eficaz e eficiente de garantia da urbanidade. Neste sentido, surge outro ponto que se dá através da oferta de transporte público de qualidade. Na atualidade, o transporte público é responsável pela maior parte das viagens em áreas urbanas, entretanto sua qualidade ainda é questionável. Não contando com muitos incentivos públicos o sistema cria subsídios para que a população não o utilize, principalmente devido a sua qualidade e o tempo das viagens.

Outro ponto que constitui o manual de destruição de cidades está relacionado aos grandes índices de criminalidade que desencadeia a construção de muros altos nas casas e instalação de cercas elétricas além de contribuir para a procura de torres e condomínios fechados. Como o próprio autor afirma, adensar cidades deveria contribuir com o aumento do número de usuários dos espaços públicos, entretanto torres residenciais dispõem de áreas de lazer internas que contribuem para uma redução significativa no uso de espaços públicos por parte dos indivíduos que residem nestes locais. Deixando de lado os interesses das incorporadoras com relação à verticalização das áreas urbanas e pensando no contexto brasileiro, a opção pela aquisição ou locação de torres residenciais, ou comerciais está diretamente relacionado a questões de segurança nas cidades. Os altos índices de

criminalidade impulsionam a adoção de novos padrões arquitetônicos que acabam por segregar pessoas e espaços.

O espaço público das cidades brasileiras está cada vez mais inóspito. Altos muros com fachadas cegas; grandes torres residenciais e comerciais, mobilidade urbana priorizando amplas avenidas com fluxo intenso de veículos; péssima acessibilidade universal, esvaziamento dos poucos parques e praças; falta de arborização; uma arquitetura verdadeiramente desurbana.

Com base nas reflexões acima, pode-se destacar que alguns fatores contribuem efetivamente com o desurbanismo. Desta forma, o planejamento urbano apresenta-se como um importante instrumento de ordenamento dos centros urbanos proveniente de problemas gerados pelo crescimento populacional e desorganização espacial como superlotação demográfica das cidades, bem como situações caóticas no trânsito, lixo, doenças, mão-de-obra saturada, falta de saneamento básico e de infraestrutura. Dessa maneira, é de fundamental importância o desenvolvimento de uma arquitetura pautada na melhoria da qualidade de vida por meio do desenvolvimento social, igualitário e justo de nossas cidades. Espaços genuinamente urbanos devem permitir isso.